

CONGREGAÇÃO

ATA

Sessão de 4.9.2015

FDRP



1 **ATA DA 54ª SESSÃO DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DE**
2 **RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Aos quatro dias do mês
3 de setembro de dois mil e quinze, às catorze horas, em terceira e última convocatória, na
4 Sala da Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São
5 Paulo, reúne-se a Congregação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto - FDRP, sob a
6 Presidência do Professor Associado Umberto Celli Junior, Diretor da Unidade, com a
7 presença da Vice-Diretora Professora Titular Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka;
8 dos Professores Associados Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelhos (Presidente da
9 Comissão de Graduação), Rubens Beçak (Chefe do Departamento de Direito Público),
10 Alessandro Hirata (Chefe do Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas) e
11 Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua; dos Professores Doutores Jair Aparecido Cardoso
12 (Chefe do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil), Gustavo Assed Ferreira
13 (Presidente da Comissão de Pós-Graduação), Daniel Pacheco Pontes (Presidente da
14 Comissão de Cultura e Extensão Universitária), Fabiana Cristina Severi, Guilherme Adolfo
15 dos Santos Mendes; dos Representantes Discentes de Graduação Vinicius Ehrhardt Julio
16 Drago (Suplente) e Frederico Espinoza Cerruti; da Representante Discente da Pós-
17 Graduação Elisa Vanzella de Lucena (Suplente). Presente, também, a Sr^a. Maria José de
18 Carvalho Oliveira, Assistente Acadêmica, para secretariar a reunião. Justificaram,
19 antecipadamente, suas ausências, os Professores Titulares Luis Eduardo Schoueri, Antonio
20 Scarance Fernandes, Nelson Mannrich e José Lino Oliveira Bueno; os Professores
21 Associados Thiago Marra de Matos e Luciano de Camargo Penteado. Havendo número
22 legal, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos. Cumprimenta o Prof. Associado Nuno
23 Manuel Morgadinho dos Santos Coelho que foi eleito presidente da Comissão de Graduação
24 e hoje está presente no Colegiado já nesta condição. Cumprimenta, também o Prof.
25 Associado Rubens Beçak eleito como Chefe do Departamento de Direito Público e o Prof.
26 Dr. Jair Aparecido Cardoso eleito como Chefe do Departamento de Direito Privado e de
27 Processo Civil, compondo agora a Congregação nessa condição. Inicia a **Parte I –**
28 **EXPEDIENTE - 1 -** Discussão e votação da Ata da 53ª Sessão da Congregação, realizada
29 em 7.8.2015. Não havendo manifestações nem alterações, a Ata é aprovada, por maioria,
30 pelos presentes, com as abstenções dos Profs. Jair Aparecido Cardoso e Rubens Beçak, pois,
31 esta é a primeira reunião deles. Em seguida, o **Sr. Diretor inicia** o item **2 -**
32 **Comunicações do Sr. Diretor. a)** tendo em vista o término do mandato dos Profs.
33 Titulares Antonio Scarance Fernandes e Ignácio Maria Poveda Velasco, em 26.8.2015,



34 esclarece que cabe ao magnífico Reitor a designar os Professores Titulares, por Portaria,
35 sendo esta uma situação específica das unidades novas. O M. Reitor publicou a Portaria,
36 designando a recondução do Prof. Titular Antonio Scarance Fernandes e não recondução
37 Prof. Titular Ignácio Maria Poveda Velasco. No lugar no Prof. Titular Ignácio Maria Poveda
38 Velasco o Reitor designou o Prof. Titular José Lino Oliveira Bueno, da Faculdade de
39 Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Portanto, esses dois professores integram a
40 Congregação da FDRP, com mandato de 27.8.2015 a 26.8.2017; **b)** apresentação dos slides
41 que foram apresentados na última reunião dos dirigentes da Universidade (M.Reitor, Pró-
42 Reitores e Diretores de unidades da USP), que passam a integrar esta Ata como Anexos I, II,
43 III e IV. Esclarece que, com base na apresentação da Dr^a Maria Paula Dallari Bucci,
44 acabaram de aprovar na reunião do CTA, uma normativa que organiza a tramitação dos
45 convênios na Faculdade que será publicada e colocada no site da Faculdade a partir da
46 próxima terça-feira. Em seguida o Sr. Diretor explica alguns slides; **c)** nos dias 25 e 26.8,
47 como última etapa da Avaliação Institucional 4º Ciclo na Unidade, foi recebida a Comissão
48 de Assessores Externos. Tudo transcorreu a contento e o relatório foi elaborado pela
49 Comissão e inserido no sistema. Comenta que teve acesso ao relatório dos professores
50 externos e a avaliação foi positiva, apresentando alguns pontos que precisam ser
51 melhorados. Esclarece que está aguardando orientação da Comissão Permanente de
52 Avaliação para poder divulgar isso na Faculdade. Assim que receber a orientação o relatório
53 será colocado no site da Faculdade; **d)** comunica que foi realizada uma pesquisa no
54 semestre passado, conduzida pelo Prof. Paulo Eduardo Alves da Silva, a pedido do CNJ
55 (Conselho Nacional de Justiça), que teve repercussão nacional. A pesquisa buscou
56 identificar o público que busca os serviços oferecidos pelos juizados especiais, além de
57 observar quais as demandas mais comuns. Esclarece que a pesquisa foi publicada no site da
58 Faculdade; **e)** o Prof. Associado Alessandro Hirata, presidente da CRInt, assumiu também a
59 posição da presidência do GCARI-RP – Grupo Coordenador das Atividades de Relações
60 Internacionais do *campus* de RP. Parabeniza o Prof. Associado Alessandro Hirata por
61 assumir essa importante função, não só para a Faculdade, como também para o *campus* de
62 Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; **f)** no dia 13.8 houve a Cerimônia de outorga
63 do Título de Professor Emérito ao Prof. Titular Luiz Olavo Baptista, que teve a saudação
64 feita pelo Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e ex-
65 presidente da Fapesp, Celso Lafer. Comenta que foi uma cerimônia muito bonita que
66 prestou as homenagens ao Prof. Emérito Luiz Olavo Baptista; **g)** nos dias 17 a 20.8 ocorreu



67 a VIII Semana Jurídica – Temos um Novo Processo Civil? – O Presidente da Comissão
68 Organizadora foi o Prof. Fernando da Fonseca Gajardoni, com os profs. Jair Aparecido
69 Cardoso e Nuno Morgadinho, além de funcionários e discentes. Registra os agradecimentos.
70 aos professores, funcionários e discentes que participaram da organização de evento tão
71 bem sucedido. **h)** no dia 22.8 foi ao ar, no programa Cartão de Visita da Record News,
72 entrevista com o Prof. Dr. David Diniz Dantas, Desembargador Federal da 3ª Região, para
73 contar como conseguiu diminuir o grande número de processos que encontrou ao assumir o
74 cargo. **i)** no dia 26.8 houve a palestra Diálogo entre o Direito e Antropologia, com a Profª
75 Francirosy Campos Barbosa Ferreira, organizada pelo Prof. Dr. Sergio Nojiri. **j)** no dia 27.8,
76 em São Paulo, foi realizado o lançamento do Livro Direito Penal na Pós-Modernidade –
77 Escritos em homenagem a Antonio Luis Chaves Camargo, durante o 21º Seminário
78 Internacional de Ciências Criminais – IBCCRIM, em São Paulo. Dentre os autores estão os
79 Professores Eduardo Saad Diniz e Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez. Cumprimenta os
80 professores pelo lançamento dessa obra. **k)** no dia 27.8, em São Paulo, houve o lançamento
81 dos livros: Direito & Internet III – Marco Civil da Internet - Tomos I e II. Dentre os autores
82 estão os Profs. Alessandro Hirata, Camilo Zufelato, Cíntia Rosa Pereira de Lima e Rubens
83 Beçak. Os coordenadores foram os Profs. Newton de Lucca, Adalberto Simão Filho e Cíntia
84 Rosa Pereira de Lima; **l)** no dia 27.8 houve a I Jornada Científica Latino-Americana de
85 Ciências Criminais FDRP/UNLP-Universidad Nacional de La Plata, organizado pelos Profs.
86 Víctor Gabriel de Oliveira Rodríguez, Eduardo Saad Diniz e Jorge Szeinfeld, com mesas
87 redondas e discussões referentes às ciências criminais; **m)** no dia 28.8 houve a palestra
88 sobre a Corrupção e Direito Penal, coordenada pelo Prof. Associado Rubens Beçak, com a
89 presença do palestrante Professor Catedrático Ignacio Berdugo Gómez de la Torre, da
90 Universidade de Salamanca. Cumprimenta o Prof. Associado Rubens Beçak pelo evento,
91 que o convidou para fazer a abertura do evento, que foi bastante concorrido que tiveram na
92 Faculdade; **n)** no dia 3.9 houve evento O Mundo em 90', que trouxe informações sobre
93 bolsas externas à USP, experiências de Intercâmbio e como participar da
94 internacionalização da USP. Organizado pela CRInt. Nesse momento pede licença para
95 incluir, no item 4 do expediente, a fala ao presidente da CRInt-FDRP, muito embora, não
96 seja uma Comissão Estatutária. Comenta que algumas unidades adotaram essa prática que
97 lhe pareceu interessante para que a CRInt pudesse divulgar as suas atividades e pede ao
98 Prof. Associado Alessandro Hirata, que depois relate como foi esse evento. O **Prof.**
99 **Associado Rubens Beçak pede** a palavra e diz que essa prática que o Sr. Diretor anuncia



100 é muito salutar, e estão em uma luta, que já está com sinal verde da Reitoria, e vão pontuar
101 toda a atividade do professorado em Cultura e Extensão Universitária. Comenta que é uma
102 reivindicação muito antiga que isto entre junto com as atividades de graduação e pesquisa, e
103 isso vem, enquanto pedido do CoCEX, há muitos anos, teve parecer favorável, agora, da
104 CERT e, aparentemente, isso já estará nas avaliações que fazem dos seus currículos.
105 Considera esta uma reivindicação muito importante, pois, aqueles colegiados que são
106 extremante importantes para o dia a dia de cada unidade e, quando não tem um assento
107 regimental como os outros, fica, prejudicado. Considera, ainda, que as atividades que os
108 docentes lá desenvolvem não tem o mesmo reconhecimento daqueles que participam de
109 outros colegiados. Reitera que essa prática do Sr. Diretor notou e coloca para esse Colegiado
110 é extremamente importante, pois, a publicidade ao reconhecimento é importante para que
111 todos os docentes possam mostrar as atividades que desempenham além das suas
112 atividades usuais de graduação, pós-graduação e pesquisa; **o)** no dia 24.9, em São Paulo,
113 acontecerá o lançamento da obra “Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência”, do Prof.
114 Associado Thiago Marrara de Matos. Convida a todos para o evento que será realizado das
115 18h30 às 21h30 na Livraria da Vila, no Shopping Pátio Higienópolis; **p)** nos dias 15 e 16.10,
116 em São Paulo, será realizado o V Congresso Internacional de Direito do Trabalho –
117 Responsabilidade Socioambiental: Novos Desafios do Direito do Trabalho, coordenado
118 pelos Professores Nelson Mannrich, Rodolfo Pamplona Filho, Valdir Florindo e Yone
119 Frediani. **3. Eleições: 3.1. um membro docente titular e respectivo suplente, para**
120 **integrar a Comissão de Graduação, tendo em vista o término do mandato do**
121 **Prof. Jonathan Hernandes Marcantonio em 25.9.2015.** O Sr. Diretor esclarece
122 que dois professores manifestaram interesse para compor a referida Comissão, seja na
123 condição de titular ou suplente, que são os Professores Doutores Cynthia Soares Carneiro e
124 Jair Aparecido Cardoso. O **Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes**
125 **comenta** que falou com o Prof. Dr. Jonathan Hernandes Marcantonio hoje de manhã e o
126 mesmo manifestou interesse em ser reconduzido. **Em votação:** apurados os votos para
127 membro titular, obtém-se o seguinte resultado: 7 (sete) votos para o Prof. Dr. Jonathan
128 Hernandes Marcantonio, 5 (cinco) votos para o Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso e 2 (dois)
129 votos para a Prof^a Dr^a Cynthia Soares Carneiro. Apurados os votos para membro suplente,
130 obtém-se o seguinte resultado: 11 (onze) votos para o Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso e 3
131 (três) votos para a Prof^a Dr^a Cynthia Soares Carneiro. São eleitos, portanto, os Professores
132 Doutores Jonathan Hernandes Marcantonio (Titular) e Jair Aparecido Cardoso (Suplente)



133 para compor a Comissão de Graduação da FDRP. **3.2. um membro docente titular e**
134 **respectivo suplente, para integrar a Comissão de Pesquisa, tendo em vista o**
135 **término dos mandatos dos Professores Eduardo Saad Diniz (Titular) e Víctor**
136 **Gabriel de Oliveira de Rodríguez (Suplente) em 19.9.2015.** O Sr. Diretor
137 **esclarece** que manifestaram interesse os Professores Doutores Eduardo Saad Diniz
138 (recondução), Cynthia Soares Carneiro e Paulo Eduardo Alves da Silva. **Em votação:**
139 apurados os votos para membro titular, obtém-se o seguinte resultado: 9 (nove) votos para
140 o Prof. Dr. Eduardo Saad Diniz, 3 (três) votos para a Prof^a Dr^a Cynthia Soares Carneiro e 2
141 (dois) votos para o Prof. Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva. Apurados os votos para membro
142 suplente, obtém-se o seguinte resultado: 7 (sete) votos para a Prof^a Dr^a Cynthia Soares
143 Carneiro e 7 (sete) votos para o Prof. Dr. Paulo Eduardo Alves da Silva. São eleitos,
144 portanto, os Professores Doutores Eduardo Saad Diniz (Titular) e Cynthia Soares Carneiro
145 (Suplente), a decana, pelo critério de desempate, para compor a Comissão de Pesquisa da
146 Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. **4 - Palavra aos**
147 **Senhores Presidentes das Comissões de Graduação, de Pós-Graduação, de**
148 **Cultura e Extensão Universitária, de Pesquisa e de Relações Internacionais.** O
149 **Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho comunica** o início,
150 neste semestre, das atividades do Escritório de Assistência e Assessoria Jurídica da
151 Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, e já desenvolveram, no mês de agosto, o primeiro
152 mês de atividades dos seis alunos que estão empenhados na assessoria jurídica à população
153 em situação de rua, que foi aquela escolhida para a atuação neste momento, tendo em vista
154 a necessidade de delimitar o público a ser atendido dentro das limitações desse escritório.
155 Comenta que estão avançando nessa estruturação, mas o atendimento já iniciou, e podem
156 dizer com muito orgulho que a FDRP advoga para os mendigos da cidade de Ribeirão Preto.
157 Comunica, também, sobre um aspecto relativo à Comissão responsável pela revisão do
158 Projeto Político Pedagógico da Faculdade, que teve sua segunda reunião dos conselhos dos
159 departamentos. Comenta que há consenso sobre noventa por cento do projeto, pois, é o que
160 se pôde apurar ontem. Esclarece que os aspectos de divergência que surgem, todos parecem
161 poder ser facilmente resolvidos também pelo consenso, tal como tendo sido trabalhado pela
162 Comissão até agora. O Sr. Diretor **parabeniza** o Prof. Associado Nuno Manuel
163 Morgadinho dos Santos pelas atividades nesse atendimento importante à população de
164 baixa renda na Faculdade. O Prof. Dr. **Gustavo Assed Ferreira comenta** que esteve
165 em Brasília no Seminário de acompanhamento dos programas de Pós-Graduação da área do



166 Direito, uma reunião bastante profícua e importante. Comenta, ainda, que a coordenação da
167 área expôs os parâmetros de avaliação para o quadriênio 2013-2017. Ademais, diz que
168 gostaria de solicitar a premência deste Colegiado no estudo das eventuais regras internas
169 para o Pós-Doutorado desta Unidade. Esclarece que o assunto foi retirado de pauta por um
170 pedido de vista em outubro de 2014 e não voltou à pauta. Esclarece que há poucos meses
171 perderam uma bolsa CAPES de Pós-Doutorado devido a tal situação.. O **Prof. Associado**
172 **Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho comenta** que o Prof. Thiago Marrara
173 de Matos apresentou uma proposta, ele e o Prof. Associado Luciano de Camargo Penteado
174 apresentaram uma dúvida a respeito. Entende, no mesmo sentido que o Prof. Dr. Gustavo
175 Assed Ferreira, que a regra da Faculdade não pode ser mais rigorosa que a regra da
176 Universidade. Esclarece que tinham um compromisso de se reunirem para conseguir uma
177 proposta conjunta, mas não conseguiram se reunir, e devido a isso ele e o Prof. Associado
178 Luciano de Camargo Penteado apresentaram uma proposta e já devolveram o processo que
179 já poderá voltar para a Congregação para discutir essa questão e resolverem a divergência.
180 O **Prof. Dr. Daniel Pacheco Pontes comunica** que seu mandato como presidente da
181 CCEX (Comissão de Cultura e Extensão Universitária) se encerrará no próximo dia 15, e na
182 última reunião da CCEX já foi feita a eleição para o novo presidente, sendo eleito o Prof.
183 Associado Alessandro Hirata a partir do dia 16.09. Diz, ainda, que foi eleito como suplente
184 da presidência. Comenta que esta é sua última Congregação na condição de Presidente da
185 CCEX. Agradece a todos pelo apoio que sempre teve e se coloca a disposição no que puder
186 ser útil. O **Sr. Diretor agradece** ao Prof. Daniel pelos trabalhos realizados e parabeniza o
187 Prof. Alessandro Hirata pela eleição. Passa a palavra ao Prof. Associado Alessandro Hirata,
188 pela CRInt. O **Prof. Associado Alessandro Hirata inaugurando** a primeira
189 participação no Colegiado para trazer os assuntos referentes à CRInt, agradece a
190 oportunidade e louva a iniciativa do Sr. Diretor, pela valorização da internacionalização da
191 FDRP. Diz que em algumas Unidades isso já é feito e demonstra a posição da Diretoria, de
192 valorizar as atividades de internacionalização. Comentando o evento principal ocorrido
193 ontem “O Mundo em 90’”, que foi uma iniciativa inédita da CRInt da FDRP, não há outros
194 precedentes no *campus* que possibilitou aos alunos que realizaram intercâmbio nos anos
195 passado a contar a sua experiência para possíveis novos interessados. Diz que o
196 Representante discente deste Colegiado, Sr. Frederico, foi um dos alunos que, gentilmente,
197 se ofereceu para apresentar a experiência dele na Universidade de Siena, e isso possibilita
198 que novos estudantes também se interessem e tenham acesso a essa informação por outros



199 colegas. Reforça que as informações técnicas de outros convênios e tudo o mais a CRInt e o
200 International Office podem dar, mas essa troca de experiências entre pares é sempre muito
201 mais valorosa do que simplesmente as informações. Diz que o evento foi muito bem
202 frequentado, teve a participação do iTeam, que é um órgão aqui do *campus*, organizado
203 também pelos estudantes, para ajuda na recepção de alunos estrangeiros e daqueles que vão
204 do *campus* de Ribeirão Preto para outras universidades estrangeiras. Ainda em relação à
205 CRInt, acabou de ser aprovado na reunião do CTA de hoje mais um convênio internacional,
206 o que mostra, também, esse trabalho de celebração de diversos convênios, que produzem
207 frutos diretos. Ressalta que hoje está sendo lançado um Edital da CRInt de vagas em
208 universidades estrangeiras, para os alunos da Unidade. Trata-se do segundo Edital de vagas
209 em universidades estrangeiras, vagas estas, frutos dos convênios firmados entre a Unidade
210 e outras Faculdades de Direito. Pede a atenção dos alunos, pois, o Edital ficará aberto até o
211 dia 18 de setembro, exatamente para possibilitar que os alunos que forem contemplados
212 com essas vagas a concorrerem às bolsas mérito, que estão abertas até meados de outubro.
213 **O Sr. Diretor parabeniza-o** pela iniciativa de reunir os alunos e ao discente Frederico,
214 que participou, pois, acha uma iniciativa extremamente importante, justamente para
215 conscientizar os alunos, das atividades da CRInt e das possibilidades que eles têm. Em
216 seguida, o **Sr. Diretor inicia** o item **5 - Palavra aos Senhores Membros. O**
217 **Representante Discente de Graduação Vinícius Ehrhardt Julio Drago traz** ao
218 conhecimento de todos algo que aconteceu com uma entidade discente, a Bateria Estouro,
219 da FDRP. Relata que no dia 7 de agosto passado houve uma reunião do CTA, onde foi
220 deliberado de maneira unilateral e, conseqüentemente, por unanimidade, que a entidade
221 discente não mais poderia realizar os seus ensaios nas dependências da Faculdade, e que
222 seria liberado o uso apenas a partir das 21h30. Tal decisão, que foi entregue a eles pelo Prof.
223 Celli, por meio de um ofício, causou muito desconforto por parte da comunidade discente,
224 de forma que esforços já estão sendo tomados. Agradece ao Sr. Diretor, e diz que está ciente
225 que o Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho se disponibilizou a
226 ajudar nesse sentido, para que reestabeçam o diálogo no âmbito da Faculdade. Acredita
227 que a Faculdade foi construída e alicerçada nesse *mister*, e o novo Projeto Político
228 Pedagógico prevê essa questão. Comenta que uma cultura que se criou na casa desse diálogo
229 bastante incandescente entre servidores, docentes e discentes, que seja reestabelecido para
230 que possam compor de forma amigável e deliberar em conjunto as melhores saídas nessas
231 questões que envolvem o espaço, pois, certamente os ensaios vão atrapalhar as atividades



232 docentes e é algo que precisam dialogar em conjunto. O **Sr. Diretor lembra** que esse
233 assunto foi trazido pela Representante Discente Bruna Franchini no CTA. Diz que tem
234 apenas algumas observações, pois, discorda de algumas pontuações. Considera que o
235 diálogo nunca foi rompido e este sempre foi o esforço desta gestão, que se puder ter no final
236 do mandato uma marca, será a do diálogo. Diz que faz questão de deixar isso registrado.
237 Comenta que quando foi deliberada essa questão, foi tomada pelos membros do CTA a
238 pedido de alguns professores que se queixavam de não poderem trabalhar no horário das
239 19h30, quando os alunos costumam começar os ensaios. Esclarece que houve uma resposta
240 à reivindicação de vários professores da Faculdade. Comenta que na reunião de hoje do
241 CTA, a representante discente disse que foi tomada uma decisão sem que nenhuma
242 representação discente estivesse presente, mas o CTA não tinha como saber se o
243 representante discente ia comparecer. Esclarece que a matéria foi colocada em pauta e foi
244 deliberado. Diz que alguns dias depois a diretoria recebeu dois emails de dois moradores
245 vizinhos ao *campus*. O primeiro se queixando do barulho e que teve que mudar os seus
246 hábitos, pois, não conseguia trabalhar naquele horário e depois tinha que acordar de
247 madrugada. Pouco tempo depois outro email de outro morador, um pouco mais
248 contundente, esperando que fossem tomadas providências sob pena de medidas que,
249 eventualmente, poderiam ser tomadas. Esclarece que, em sintonia com a política que
250 procura estabelecer, chamou o pessoal da Bateria para uma conversa, entregou a eles a
251 folha de informação dando conta da decisão do CTA, mais os dois emails que leu. Comenta
252 que disse aos membros da Bateria que estavam diante de uma situação em que tinham que
253 pensar em conjunto uma solução. Considera que não houve falta de diálogo, pois, o diálogo
254 está na mesa e foi proposto. Comenta que uma das colegas do representante discente se
255 prontificou a fazer o ensaio nos fundos da Faculdade, mais afastado no estacionamento que
256 dá acesso à Biblioteca, e ficou na sala da Biblioteca para ver se o rumor incomodava os
257 alunos. Segundo soube, a aluna diz que o barulho é menor, mais ainda é perceptível.
258 Comenta, ainda, que ficaram de verificar o que é possível fazer, pois, existe de um lado uma
259 reivindicação dos professores, que foi verbalizada pelos membros do CTA, e de outro,
260 reclamações de vizinhos, e isso foi proposto para discussão. Reitera que nenhum dos
261 membros do CTA em nenhum momento questionou a importância da Bateria, sempre
262 reconhecendo ser importante. Comenta, ainda, citando um exemplo mais próximo, que
263 estava recebendo os professores da Comissão Externa de Avaliação em um horário que
264 estavam ensaiando e não havia condições de conversar na sala da Diretoria. Reitera que o



265 diálogo não foi abandonado, ele continua e estão conversando. O **Representante**
266 **Discente da Graduação Vinicius Ehrhardt Julio Drago pede** desculpas ao Sr.
267 Diretor, e diz que acredita não ter sido muito claro em sua fala. Reconhece os esforços do
268 Sr. Diretor pelo diálogo. Diz que lhe foi trazida a movimentação que tem sido feita no
269 sentido de compor juntamente com os discentes, mas, na verdade, a crítica que traz é com
270 relação ao Colegiado CTA, mais especificamente o que ocorreu em reunião do dia 7.8.2015,
271 quando foi deliberado o assunto. Inclusive, no âmbito da Comissão de Graduação foi
272 perguntado se o ofício tinha teor normativo, pois, estabelecia horário e foi feito à revelia da
273 presença discente. Esclarece que está sendo elaborado um ofício de reposta, pedindo a
274 participação de representantes da entidade discente em reunião para tentar uma solução
275 em conjunto. Reitera seu agradecimento à posição do Sr. Diretor. O **Representante**
276 **Discente da Graduação Frederico Espinoza Cerruti diz** que, considerando os fatos
277 de que o diálogo é a marca da gestão do Sr. Diretor, gostaria de se manifestar sobre as
278 discussões que vem sendo realizadas no âmbito do Projeto Político Pedagógico, e gostaria
279 que fosse reafirmado o compromisso da Congregação e o compromisso individual de cada
280 professor, de que seja assegurado diálogo paritário entre alunos e professores. Pede que seja
281 sempre respeitado o direito de voz dos alunos e que o processo de construção do novo
282 Projeto Político Pedagógico seja feito em conjunto entre alunos, professores e funcionários.
283 A **Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi comunica** que tiveram um dos projetos
284 submetidos ao Edital do Proext 2016 do Governo Federal foi aprovado. Esclarece que foi
285 destinado o valor de R\$110.000,00 para o projeto do NAJURP (Núcleo de Assessoria
286 Popular) e quase todo esse valor em bolsas para os alunos. Comenta que é a terceira vez que
287 o projeto é aprovado no Proext, sendo em 2013, 2015 e 2016. Comunica que o convênio com
288 o Fundo Brasil de Direitos Humanos que estava em execução e que permitiu ter uma
289 advogada contratada para auxiliar na assessoria jurídica popular do NAJURP está
290 terminando no fim de setembro. Esclarece que tiveram, também, quase R\$40.000,00
291 (quarenta mil reais) para fazer essa contratação, o recurso foi administrado pela associação
292 dos amigos da UGT, que é um espaço da cidade de Ribeirão Preto. Relata que essa
293 experiência foi muito exitosa, e a Nicole, que foi a advogada que trabalhou com eles durante
294 um ano, foi uma pessoa muito empenhada e numa das frentes específicas de atuação do
295 NAJURP, que é a moradia, ela oportunizou para que pudessem não só fazer o trabalho de
296 educação popular, mas também atuar judicialmente em defesa desses moradores da região -
297 que há quatro anos acompanham - da área do entorno do aeroporto Leite Lopes, que são



298 áreas de ocupação irregular, pois, são propriedades particulares que estavam abandonadas
299 há mais de trinta anos, ou seja, esses ocupantes estão há mais de quinze anos naquela área.
300 Comenta que o NAJURP enfrentou e ainda está enfrentando uma batalha judicial bastante
301 grande e corajosa por parte dos alunos, pois, são duas grandes imobiliárias de Ribeirão
302 Preto e grandes personalidades políticas da região de Ribeirão Preto e a Prefeitura de um
303 lado, enquanto do outro lado são cento e cinquenta famílias pobres e cinco ou seis alunos
304 com a Nicole, que agora está sem contrato, gratuitamente, fazendo a defesa judicial dessas
305 famílias. Esclarece que se isso não tivesse acontecido já teria acontecido uma catástrofe na
306 cidade, de cento e cinquenta famílias, aproximadamente 400 pessoas nas ruas, sem casa e a
307 reintegração só não aconteceu porque estão com duas ações no Tribunal de Justiça, dois
308 recursos em andamento para, pelo menos retardar. Comenta que se não conseguirem isso,
309 no dia 15.9 haverá a reintegração de posse e essas famílias sairão de lá. Diz que gostaria, ao
310 mesmo tempo em que traz a informação, também trazer o tema para reflexão do Colegiado
311 para, eventualmente, também contar com qualquer tipo de apoio ou aproximação.
312 Comenta, ainda, que o Prof. Dr. Camilo Zufelato está fazendo um parecer jurídico de um
313 aspecto de processo civil para tentar fortalecer as teses colocadas no processo, e qualquer
314 outro professor que queira contribuir, tem todas as peças no NAJURP para que possam
315 analisar. Esclarece que o Fundo de Direitos Humanos permitiu que o NAJURP tomasse essa
316 atitude de entrar nesse litígio judicial, mas agora quem está tocando isso são ex-alunos, que
317 possuem OAB, mas são alunos de pós-graduação da Faculdade. Uma dessas alunas é a
318 Deyse, que é aluna do mestrado e veio do Paraná, e já era aluna de um núcleo de assessoria
319 popular no referido estado e o aluno André Luiz Antonietto que está na pós-graduação e
320 também está atuando no processo. Há também dois alunos do primeiro ano Rebeca e Luiza,
321 do segundo ano a Cláudia Valente e Ian, a Ana Cláudia Mauer dos Santos do quinto ano e a
322 Gabriela do quarto ano. Ressalta que esse grupo tem se dedicado dia e noite na defesa
323 judicial dessas pessoas. Diz que fica muito feliz com a notícia dada pelo Prof. Associado
324 Rubens Beçak, com relação à valorização da extensão na carreira, pois, considera isso
325 importante, porque essas atuações estão no âmbito da extensão e se não valorizar isso, não
326 sabe que artigo acadêmico ou atividade poderia ter mais relevância do ponto de vista da
327 formação desses alunos do que entrar em contato e passar por essa experiência. Por fim,
328 reforça o pedido do Representante Discente Frederico Espinoza Cerruti, pela manutenção
329 do diálogo e do respeito do direito de fala para docentes, discentes e funcionários, ou seja,
330 durante todo o processo de condução do Projeto Político Pedagógico, pois, principalmente



331 os funcionários e os discentes tiveram uma participação percentual muito acima do
332 percentual de participação dos docentes no processo de avaliação do curso, quando estava
333 junto com a Comissão de Avaliação. Reitera que devem tentar, em nome de tudo que
334 construíram até agora, manter o diálogo, o respeito e a paridade na participação dos três
335 segmentos na condução desses processos. O **Sr. Diretor parabeniza** a Prof^a Dr^a Fabiana
336 Cristina Severi, pois, não é fácil conseguir, e pela terceira vez, a bolsa do Proext. Aproveita
337 para informar que conseguiram a liberação de recursos, por parte da Administração
338 Central, para reformar a casa número 4 do *campus* e essa casa abrigará as atividades de
339 extensão e as atividades do escritório experimental. Comenta que isso foi prontamente
340 atendido quando encaminharam um ofício ao presidente da Superintendência de Espaço
341 Físico, que acenou positivamente quando esteve aqui. Esclarece que trabalharam depressa,
342 apresentaram um ofício com as necessidades e o processo está apenas aguardando a
343 elaboração de um projeto executivo que vai entrar em licitação, mas já dispõem dos
344 recursos. Ressalta que a Prof^a Dr^a Fabiana Cristina Severi tem um papel relevante nisso,
345 pois, faz parte da Comissão que vai ajudar, e já tem ajudado, na concepção do espaço físico
346 dessa casa, onde esperam poder abrigar várias atividades de extensão. O **Prof. Associado**
347 **Alessandro Hirata reforça**, em relação à Bateria, as palavras do Sr. Diretor a favor da
348 manutenção do diálogo, e como membro do CTA esclarece que a solicitação não foi sua e
349 sempre foi um grande entusiasta da Bateria. Comenta que os alunos ficaram em 12^o lugar
350 na competição e que considera um grande resultado. Lembra que quando foi feita a
351 solicitação pelo Prof. Dr. Caio Gracco Pinheiro Dias, foi feita em nome de professores que
352 tinham essa impossibilidade de trabalhar em relação aos ensaios perto das janelas das salas
353 dos professores. Esclarece que em nenhum momento foi no sentido de impedir o ensaio ou
354 de prejudicar de alguma forma. Acredita não ser possível que não haja uma solução por
355 meio de diálogo, pois, com o tamanho deste *campus* não é possível que não achem um
356 espaço para os ensaios. Considera o problema dos vizinhos preocupante também e acredita
357 ser uma questão de se organizar, no sentido de conseguir uma solução que agrade a todos
358 porque o objetivo é o mesmo. O **Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos**
359 **Santos Coelho diz** que tomou conhecimento dessa questão na última reunião da
360 Comissão de Graduação. Considera que precisam encontrar uma saída para isso, e sabe
361 como o Sr. Diretor, como sempre, com o gosto que tem pelo diálogo, tem conduzido essa
362 questão muito bem e vai continuar conduzindo. Considera, também, a questão dos vizinhos
363 muito importante. Comenta que faz parte de uma Associação comunitária ao lado do



364 *campus* que está a um passo de processar a Universidade em razão disso porque todos os
365 dias e noites não se pode dormir nas imediações no *campus* e precisam encontrar uma
366 saída para isso. Esclarece que são várias baterias e há de ser possível reuní-las e pede ao
367 Diretor que encaminhe uma negociação nesse sentido, para viabilizar um espaço que tenha
368 um isolamento e que possa garantir essa manifestação artística brasileira tão importante e
369 bem cultivada na Faculdade e nos *campus*, respeitando a atividade de quem estuda e
370 pesquisa à noite e a atividade de quem mora perto. O **Sr. Diretor considera** oportuno o
371 comentário do Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, pois, este é
372 um assunto afeito à própria prefeitura do *campus*, já que, como disso o professor, não é
373 uma única bateria, existem várias. Comenta que ficou de conversar com o Prof. Titular
374 Osvaldo Luiz Bezzon, que é o Prefeito do *campus*, para ver se ele ajuda no
375 encaminhamento, pois, deve estar ciente desse problema. Comenta, ainda, que esteve fora
376 esta semana, não pôde conversar com ele, mas conversará. Diz que o que emergiu dessa
377 reunião é que a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto utiliza o espaço do CEFER, e já
378 houve tentativas anteriores de outras unidades em utilizar, mas parece que houve uma
379 recusa. Diz que precisa verificar esse histórico, mas um dos pontos é conversar com o
380 Prefeito do *campus*. Reitera que daqueles emails que recebeu, o segundo era bem
381 contundente e apontava para a direção de que medidas judiciais poderiam ser tomadas. O
382 **Prof. Associado Rubens Beçak parabeniza** a Direção, a Congregação e a Faculdade de
383 Direito de Ribeirão Preto por esse resultado que já tiveram anunciado da avaliação
384 favorável, que por ação dos três nomes muito dignos que vieram e já avisaram do resultado
385 positivo. Considera que tem que sopesar isso no sentido de que é algo muito valioso, pois,
386 em geral, as avaliações são extremamente rigorosas, com uma série de quesitos e devem
387 comemorar isso assim que o resultado for ratificado. Devem se orgulhar muito dos rumos
388 que essa Faculdade toma com essas avaliações. Congratula aos colegas em suas novas
389 funções, Prof. Nuno na CG, Prof. Alessandro Hirata na CCEX e o Prof. Jair na Chefia do
390 DPP. Fazendo coro com as manifestações da Prof^a Fabiana e o que foi dito também pela
391 Representação discente, pois tem participado das discussões do Projeto Político Pedagógico
392 e notou que a presença discente foi de praticamente oitenta por cento. Justifica que os
393 professores tiveram motivos para não vir, mas considera notável que essa participação se
394 faça sempre. Reitera que é de se notar o interesse do alunado nisso. Esclarece que já
395 marcaram uma terceira reunião entres os três chefes de departamento para o dia 17.9 às
396 18h. Considera muito importante a discussão disso, e que todos participem e se interessem



397 pelo tema. Comenta que há alguns dias estava com Diretora da Faculdade de Arquitetura e
398 Urbanismo a Prof^a Titular Maria Angela Faggin Pereira Leite, e ela mostrava toda a
399 qualidade da Bateria de lá, e ele ainda brincou dizendo que a da Faculdade de Direito de
400 Ribeirão Preto é melhor. Considera a Bateria é uma dessas ações culturais que em tão pouco
401 tempo já é conhecida, mas, equanimemente, devem sopesar os interesses e tem certeza que
402 o Sr. Diretor é a pessoa mais indicada para isso e o assunto está em boas mãos com a
403 diretoria. Considera, ainda, indiscutível, não só a qualidade da Bateria, como a sua
404 permanência, pois, preza muito. Por último, comunica a realização do terceiro Seminário
405 dos Direitos Humanos na USP, que considera de suma no âmbito da Pró-Reitoria de
406 Cultura e Extensão Universitária. Lamenta que, por dificuldades operacionais e técnicas,
407 tiveram que adiá-lo de última hora, com muito pesar, mas vai ser realizado. Esclarece a
408 todos aqueles que se preocupam com essas questões de Direitos Humanos, seus direitos do
409 dia a dia, que tem muito haver com a ação na Universidade, que o evento será realizado no
410 dia 4.12, mas, ainda não houve divulgação oficial. O **Sr. Diretor parabeniza** o Prof.
411 Associado Rubens Beçak pelas iniciativas junto à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão
412 Universitária. O **Sr. Diretor sugere**, tendo em vista alguns assuntos que poderão
413 demandar maiores discussões, uma inversão de pauta, portanto, os itens 1 e 2 da Ordem do
414 Dia ficariam por último. Considera que esses assuntos são extremamente importantes e
415 terão que ocupar um pouco mais de tempo para discutir os critérios para solicitação de
416 cargo de professor titular, terão que colocar as propostas que vieram pela Comissão
417 constituída. Da mesma forma o outro item que é sobre a atividade docente e tem que
418 deliberar algo nesta reunião da Congregação, pois, já passaram do prazo de envio para a
419 Comissão de Assuntos Acadêmicos. Comenta que encaminhou um ofício ao Secretário Geral
420 da USP pedindo uma extensão de prazo para que pudessem apresentar suas propostas nesta
421 reunião. Esclarece que também tem um prazo apertado em relação ao Grupo de Trabalho de
422 Atividades Docentes. Propõe iniciar pelo **item 3**, com o que todos concordam. Inicia-se o
423 item **II - ORDEM DO DIA. 3. RELATÓRIO BIENAL DE ATIVIDADES**
424 **DOCENTES. 3.1. PROCESSO 2015.1.329.89.0 – ANA CARLA BLIACHERIENE.**
425 Relatório Bienal de Atividades Docentes, apresentado pela interessada, referente ao período
426 de 2013/2015. Aprovado *ad referendum* do Conselho do Departamento de Direito Público
427 em 7.8.2015, com base no parecer favorável da relatora, Prof^a Dr^a Cíntia Rosa Pereira de
428 Lima. **Parecer do relator**, Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho,
429 opinando favoravelmente à aprovação do presente Relatório apresentado pela interessada.



430 **A Congregação aprova, por unanimidade, o parecer do relator, Prof. Associado**
431 **Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, favorável ao Relatório Bial de**
432 **Atividades Docentes, apresentado pela interessada, referente ao período de**
433 **2013/2015. Os autos, a seguir serão encaminhados à CERT, para**
434 **prosseguimento. 3.2. PROCESSO 2008.1.12.89.0 - MARTA RODRIGUES**
435 **MAFFEIS MOREIRA.** Relatório Bial de Atividades Docentes, apresentado pela
436 interessada, referente ao período de 2012/2013. A CERT, em reunião de 17.11.2014,
437 manifestou-se da seguinte forma: "... Examinados relatório e demais elementos
438 apresentados pela interessada, a CERT verifica que estes não são suficientes para sua
439 aprovação. Cabe enfatizar que o artigo 24 do Regulamento dos Regimes de Trabalho da USP
440 (Resolução nº 3533/89) explicita que o RTC envolve necessariamente "atividades de
441 ensino, pesquisa, bem como de extensão de serviços à comunidade, se for o caso." Em vista
442 disso, a CERT pede ao Departamento de Direito Privado e de Processo Civil uma
443 justificativa para a manutenção da docente no RTC, lembrando que seu perfil acadêmico
444 está sendo considerado incompatível com o que se espera de um docente no mencionado
445 regime de trabalho. Nessas condições, o processo deve ser encaminhado à FDRP para
446 conhecimento e providências da Diretoria e do Departamento respectivo, retornando após a
447 esta Comissão para os devidos fins."Em reunião do Conselho do Departamento de Direito
448 Privado e de Processo Civil em 2.3.2015 aprovou-se, por unanimidade, o prazo de vinte dias
449 a partir da referida data para que a interessada apresente novo relatório de atividades, em
450 atendimento ao parecer CERT nº 2729/2014, para sua manutenção no regime RTC. O
451 Conselho do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil, em reunião de 9.6.2015,
452 discutiu as ponderações apresentadas no processo, acerca da análise de conteúdo de
453 pesquisa, conforme deliberado na reunião departamental anterior. Os conselheiros
454 destacaram a importância do empenho desta professora nos dois primeiros anos de curso,
455 quando assumiu grande carga horária. Entretanto, concluiu que, estritamente em relação à
456 pesquisa, sua atuação no último biênio não é compatível com o regime RTC. **Parecer do**
457 **relator**, Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, que assim conclui: "... A docente
458 pode não ter tido uma produção espetacular no período - algo que nem sequer deveria ser
459 esperado para o RTC -, mas de forma alguma se demonstrou inerte. Estou seguro ao afirmar
460 que os resultados de pesquisa da docente são alvissareiros. Rebaixá-la para o RTP é
461 incoerente. É abortar resultados de pesquisa já em gestação, alguns próximos do parto.
462 Enfim, é sinalizar que cada um de nós deve cuidar de si e esquecer do todo." Em reunião da



463 Congregação realizada em 7.8.2015, foi deferido pedido de vista ao representante discente
464 Jesus Pacheco Simões. **Manifestação do representante discente Jesus Pacheco**
465 **Simões**, de 28.8.2015, do seguinte teor: “... EM SÍNTESE, verifica-se que a dedicação da
466 professora e sua iniciativa em participar da construção desta faculdade é não só elogiável
467 como merecedora de destaque. A docente marcou indelevelmente esta casa. Também
468 encontramos a necessidade de tornar as relações da academia, de todos seus membros,
469 quais sejam docentes, discentes e funcionários, tanto os concursados quanto terceirizadas,
470 mais humanas e fraternas, sendo necessária uma compreensão mútua que se afaste da
471 ‘mecanização’ da produção acadêmica, da mera padronização e numeração de indivíduos e
472 busca por resultados apenas quantitativos. Não podemos, no entanto, deixar de buscar ou
473 valorizar o professor que realiza todas as atividades propostas, outros tanto que contribuem
474 constantemente para a valorização, ano pós ano, de nossa produção científica, auxiliando e
475 com o auxílio do corpo discente desta Faculdade. Qualquer atuação no sentido de legitimar,
476 como colocado, a ‘coerência’ desta unidade em aprovar atuações abaixo do esperado pela
477 sua comunidade acadêmica e pela sociedade, só contribui para minar o estímulo dos
478 demais, não só docentes como discentes, em aplicar seu tempo na busca da pesquisa
479 acadêmica, já tão desvalorizada por outras Faculdades de Direito neste país.” O
480 **Representante Discente de Graduação Vinicius Ehrhardt Julio Drago esclarece**
481 que em razão da delicadeza do assunto foi pedido vista pelo Representante Discente da
482 Graduação Jesus Pacheco Simões e foi elaborado um parecer tendo acesso integral aos
483 autos. Comenta que muito lhes chamou atenção o parecer da CERT ter apontado
484 negativamente ao relatório apresentado. Confessa que, analisando minuciosamente, muito
485 lhes preocupou pareceres pretéritos que foram realizados nesse sentido, tendo, inclusive,
486 elencado coerência, em um dos pareceres, no sentido de aprovar vez que pareceres
487 pretéritos haviam sido aprovados com conteúdo muito aquém do que o apresentado pela
488 docente em questão. Nesse sentido, observaram a necessidade de ponderar algumas
489 questões e em verdade a questão da coerência conseguiram elencá-la, e não anulá-la, mas,
490 em verdade, acreditam que a coerência deve ser quanto à eficiência que essa casa sempre
491 prezou e não o contrário. Considera que a eficiência pelo nivelamento por baixo é
492 improdutiva e não pode servir para incentivar a inércia. Nesse caso os detalhes são possíveis
493 de visualizar no parecer da representação discente, mas, resumindo, aprovam o relatório da
494 docente, no entanto, consideram necessárias algumas ressalvas, a saber: que o âmbito
495 pesquisa pode ser substancialmente melhorado por parte da docente, que deverá tomar



496 necessárias providências para corrigir tal lapso. Compreendem, no entanto, que a docente
497 passou por sucessivas questões pessoais e isso não pode deixar de ser apontado, pois, não
498 podem se submeter a essa tendência mecanicista de produções a qualquer custo. Comenta
499 que sempre foi muito louvável o apoio que a docente deu, principalmente nos primórdios na
500 Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, dando muitas aulas e preenchendo várias lacunas
501 que no início é perfeitamente normal que aconteça. O **Prof. Associado Alessandro**
502 **Hirata esclarece**, já que o parecer que fez como representante do Departamento de
503 Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas, que foi citado no relatório, e o termo coerência
504 vem do seu parecer, e aparece muitas vezes no parecer do relator da Congregação, mas não
505 foi mencionada no parecer de vista. Considera que houve um mal entendido no sentido do
506 que foi escrito em relação à coerência, pois, a coerência se dá em relação ao que essa
507 Congregação sinaliza na aprovação dos relatórios. Esclarece que se a Congregação sinaliza
508 aprovando um relatório em regime RDIDP como sendo suficiente, e depois de alguns meses
509 recebe um relatório RTC que tem pesquisa igual ou superior a um relatório de RDIDP, esse
510 relatório posterior não pode ter critérios diferentes sem que haja um sinal dessa
511 Congregação para o docente. Se a Congregação sinaliza que tal produção não é suficiente, se
512 ela muda esse entendimento, isso precisa ficar claro para o docente, para que ele se adapte a
513 novos entendimentos da Congregação, em relação ao que seria uma pesquisa suficiente.
514 Esclarece que o docente não pode ser surpreendido de que agora precisa se produzir três
515 vezes o que produzia antes. Esclarece, ainda, que coerência não significa nivelamento por
516 baixo, e a questão é que precisa se manter um padrão nas decisões na Congregação. Reitera
517 que é uma questão de sinalização e a Congregação, a partir do momento que considera um
518 nível de produção como suficiente para aquele regime, se esse entendimento mudar, isso
519 precisa ser sinalizado de alguma forma. O **Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos**
520 **Mendes diz** que não irá reler o parecer, mas gostaria de pontuar um detalhe em relação ao
521 voto da representação discente. Esclarece que sempre teve muito respeito pela
522 representação discente, procura ser exigente como professor, dada a contrapartida, no
523 sentido de estar sempre se dedicando ao máximo dentro e fora da sala de aula. Comenta que
524 suas aulas são baseadas no diálogo, no estilo Socrático e é neste sentido que queria falar
525 para os alunos que compreende a posição deles em relação a esse voto. Esclarece que, no
526 caso particular da Prof^a Dr^a Marta Rodrigues Maffeis Moreira, ela está para ter um filho, e
527 o voto, como os alunos constituíram, em qualquer outra situação, diz que acompanharia,
528 mas à medida que vão saindo daquela relação mais próxima das pessoas, vão perdendo essa



529 noção. O que quer dizer é que uma coisa é um chefe de departamento falar com um
530 professor, outra coisa é um conselho de departamento, outra é a Congregação que vai se
531 afastando e que, de repente, vai bater na lá na CERT. A CERT tem algumas possibilidades
532 de decidir, pode negar e levar o professor para o RTP, ela pode manter o regime, ou pode
533 estender o período de aprovação. Considera que acompanhar um voto, como o dos alunos,
534 aumenta a possibilidade dessa terceira hipótese e, sinceramente, se estivesse no lugar da
535 professora, não produziria tanto nos próximos dois anos em face da sua condição pessoal de
536 mãe. Considera, ainda, que levando em consideração o histórico da professora, que foi para
537 a Alemanha, e em conversa que teve com ela lhe disse que espera que à medida que ela
538 cumpra essa etapa da sua vida, já demonstradas no ensino, que continue a demonstrar nas
539 demais atividades desta casa. Diz que a professora pareceu estar harmonizada com essa
540 questão. Registra que passado esse período, se a professora não tiver o desempenho que se
541 espera, ele será o primeiro, na Congregação, a votar pelo regime inferior, como já votou em
542 relatórios. Pede ao Colegiado para que nesta questão particular, acompanhem o parecer
543 dele, com todo respeito ao voto colocado pelos discentes. O **Prof. Associado Rubens**
544 **Beçak concorda** com as manifestações e lembra que esse é o terceiro e último relatório da
545 Prof^a Dr^a Marta Rodrigues Maffeis Moreira. O **Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso diz**
546 que gostaria de esclarecer que na reunião do departamento em que votaram esse relatório,
547 ele e a Prof^a Dr^a Maria Hemília da Fonseca estavam em banca de mestrado, portanto, não
548 participaram e não puderam se manifestar naquela oportunidade. Comenta que,
549 posteriormente, souberam da aprovação do parecer que veio para a Congregação. Neste
550 momento, externa, em seu nome, a sua posição em relação a esse caso, acompanhando a
551 fala do Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, que abordou um aspecto muito
552 importante que é a questão humanística que deve ser considerada. Devem sair da lógica do
553 produtivismo, criar critérios objetivos para futuras carreiras, que os departamentos podem
554 pensar, para RTC e RDIDP, e não ficar julgando se está de acordo com momentos políticos e
555 outras coisas. Reitera que devem criar critérios objetivos. No caso particular da Prof^a Dr^a
556 Marta Rodrigues Maffeis Moreira, poucos sabem, mas foi através dela que se criou uma
557 disciplina chamada Conciliação e Mediação. Comenta que foi ela que criou, sendo essa uma
558 disciplina de extensão e pesquisa, e fizeram um trabalho nesse sentido. Ocorre que o
559 convênio exigia que esse expediente fosse a tarde, e a professora é juíza, tem expediente a
560 tarde, então ele mesmo assumiu e ministrou a disciplina por cinco ou seis semestres,
561 dobrou turmas e ficou no lugar dela. Diz que levou ou louros da disciplina, mas a



562 responsável pela criação da disciplina foi a Prof^a Dr^a Marta Rodrigues Maffeis Moreira.
563 Comenta que, infelizmente, o convênio com o Estado foi rompido por burocracia do próprio
564 Estado, mas a Direção está cuidando dessa questão, pois, esse rompimento foi na troca de
565 gestão e a nova direção teve que tomar ciência, mudaram as regras do convênio, mas agora
566 o processo está sendo finalizado e o projeto retornará. Esclarece que, na verdade, esse
567 projeto que é importante, que trabalha com a extensão e a parte prática da Faculdade, que
568 eles não tinham, foi iniciativa da professora. **O Sr. Diretor esclarece** que, em relação a
569 isso, depois das negociações o Tribunal abriu mão de alguns pontos que para a Faculdade
570 eram inviáveis, o convênio foi aprovado e está nas instâncias superiores. Foi encaminhado
571 para a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, pois, houve o entendimento que se
572 trata de atividade de extensão e a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária já
573 sinalizou positivamente. **O Representante Discente de Graduação Vinicius**
574 **Ehrhardt Julio Drago agradece** os apontamentos do Prof. Associado Alessandro Hirata
575 e dos Professores Doutores Guilherme Adolfo dos Santos Mendes e Jair Aparecido Cardoso.
576 Pede desculpas por não estar conseguindo ser muito claro hoje, mas a dimensão do humano
577 e a questão particular da professora foi abordado no parecer da representação discente.
578 Pede licença para ler um trecho do parecer: "...Todavia, tratamos da dimensão do humano,
579 o que rechaça a frieza e mecanicidade do auferir resultados e do atingir de metas a qualquer
580 custo. Não é razoável que a docente abra mão de sua vida privada e abdique de sua família
581 com o intuito de complementar a previsão de pesquisa que o regime de trabalho lhe
582 impõe...". Esclarece que tal dimensão foi ponderada, mas também elencaram que em
583 parecer anterior da CERT, de número 2279/2012, de antigo relatório bienal da professora,
584 salvo engano, já dava indícios de insuficiência com relação ao quesito pesquisa. Portanto,
585 considerando tudo isso, e, sobretudo a dimensão do humano é que mantém o parecer pela
586 aprovação do relatório, mas com as ressalvas elencadas. **A Congregação, após debates,**
587 **aprova, por unanimidade, o parecer do relator, Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos**
588 **Santos Mendes, favorável ao Relatório Bienal de Atividades Docentes**
589 **apresentado pela interessada, referente ao período de 2012/2013. Os autos, a**
590 **seguir, serão encaminhados à CERT, para prosseguimento. 4.**
591 **HOMOLOGAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL/RESULTADO DE CONCURSO PARA**
592 **LIVRE-DOCENTE. 4.1. PROCESSO 2014.1.714.89.0 - DEPARTAMENTO DE**
593 **FILOSOFIA DO DIREITO E DISCIPLINAS BÁSICAS.** Homologação do Relatório
594 Final e Resultado do Concurso para Livre-Docente do Departamento de Filosofia do Direito



595 e Disciplinas Básicas - Área de Sociologia do Direito - Edital FDRP nº 15/2014. **Candidata**
596 **aprovada:** Maria Paula Costa Bertran Muñoz. **A Congregação homologa, por**
597 **unanimidade, o Relatório com o Resultado do Concurso para Livre-Docente do**
598 **Departamento de Filosofia do Direito e Disciplinas Básicas – Área de**
599 **Sociologia do Direito – Edital FDRP nº 15/2014, com a aprovação da Profª Drª**
600 **Maria Paula Costa Bertran Muñoz. 4.2. PROCESSO 2014.1.717.89.0 -**
601 **DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO E DE PROCESSO CIVIL.** Homologação
602 do Relatório Final e Resultado do Concurso para Livre-Docente do Departamento de Direito
603 Privado e de Processo Civil - Área de Direito Comercial - Edital FDRP nº 29/2014.
604 **Candidato aprovado:** Gustavo Saad Diniz. **A Congregação homologa, por**
605 **unanimidade, o Relatório com o Resultado do Concurso para Livre-Docente do**
606 **Departamento de Direito Privado e de Processo Civil – Área de Direito**
607 **Comercial – Edital FDRP nº 29/2014, com a aprovação do Prof. Dr. Gustavo**
608 **Saad Diniz.** O Sr. Diretor registra seus cumprimentos aos Professores Doutores Maria
609 Paula Costa Bertran Muñoz e Gustavo Saad Diniz pelo exitoso resultado de seus concursos.
610 **5. CREDENCIAMENTO CERT. 5.1. PROCESSO 2015.1.534.89.3 – EMANUELLE**
611 **URBANO MAFFIOLETTI.** Solicitação de credenciamento junto à CERT – Comissão
612 Especial de Regimes de Trabalho, formulada pelo interessado. Aprovada *ad referendum* do
613 Conselho do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil em 17.8.2015, com base
614 no parecer favorável do relator, Prof. Associado Luciano de Camargo Penteado. **Parecer**
615 **do relator,** Prof. Associado Alessandro Hirata, opinando favoravelmente ao pedido de
616 credenciamento da interessada. **A Congregação aprova, por unanimidade, o**
617 **parecer do relator, Prof. Associado Alessandro Hirata, favorável à solicitação**
618 **de credenciamento junto à CERT - Comissão Especial de Regimes de Trabalho,**
619 **formulada pela interessada. Os autos serão encaminhados à CERT, para**
620 **prosseguimento. 5.2. PROCESSO 2011.1.313.89.3 – PAULO EDUARDO ALVES**
621 **DA SILVA.** Solicitação de credenciamento junto à CERT – Comissão Especial de
622 Regimes de Trabalho, formulada pelo interessado. Aprovada *ad referendum* do Conselho
623 do Departamento de Direito Privado e de Processo Civil em 3.8.2015, com base no parecer
624 favorável da relatora, Profª Drª Maria Hemília Fonseca. **Parecer do relator,** Prof.
625 Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, opinando favoravelmente ao
626 pedido de credenciamento do interessado. **A Congregação aprova, por**
627 **unanimidade, o parecer do relator, Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho**



628 **dos Santos Coelho, favorável à solicitação de recredenciamento junto à CERT –**
629 **Comissão Especial de Regimes de Trabalho, formulada pelo interessado. Os**
630 **autos serão encaminhados à CERT, para prosseguimento. 6. RECOLHIMENTO**
631 **DE RECURSOS FINANCEIROS – OVERHEAD. 6.1. PROCESSO 2011.1.509.89.5**
632 **– FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO.** Nova definição dos percentuais
633 de recolhimento das taxas previstas na Resolução nº 5456/2008, tendo em vista o
634 entendimento exposto no parecer PG.P. 1696/14 da Procuradoria Geral. Estabelecimento de
635 percentual do *overhead*, bem como a distribuição interna a ser destinada aos
636 Departamentos e à Diretoria. **Parecer do relator**, Prof. Dr. Guilherme Adolpho dos
637 Santos Mendes, que assim conclui: "... Nada obstante, caso persista o posicionamento
638 dissonante da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão como fator impeditivo para a aprovação
639 dos cursos oferecidos pela Unidade, proponho a manutenção da proporcionalidade das
640 parcelas, ou seja, ao revés de 2% para a Diretoria mais 3% para o Departamento, num total
641 de 5% incidentes sobre os valores pagos aos docentes, que sejam fixados em 4% para a
642 Diretoria mais 6% para o Departamento, num total de 10% incidentes sobre os valores
643 pagos aos docentes." O **Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes considera**
644 que há uma legislação sobre o tema que aduz interpretações sobre ela, pelo menos
645 manifestadas. Aqui deliberaram por uma interpretação e isso começou lá atrás com um
646 parecer do Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira, e seguiram esse caminho. Alguns cursos de
647 especialização também passaram dessa forma e o primeiro curso que não passou foi do
648 Prof. Associado Thiago Marrara de Matos. Esclarece que há uma Resolução que diz que a
649 Unidade tem que reter de dez a cinquenta por cento do valor pago aos professores como
650 *overhead*, e desse valor retido repassar à reitoria cinco por cento, portanto, fica com a
651 Unidade de cinco a quarenta e cinco por cento, conforme aprovação, e a Unidade aprovou
652 os cinco por cento. Ocorre que tem um parágrafo único em baixo que diz que no caso de
653 cursos não se aplica o *caput* no caso da Reitoria, porque são cinco por cento sobre o valor
654 total do curso. Comenta que há duas interpretações, uma vez que valor retido não é valor
655 devido, e o valor devido a Reitoria é via o valor total, então se retém de cinco a quarenta e
656 cinco por cento para a Unidade, e o da Reitoria são cinco por cento sobre o valor do curso. A
657 outra interpretação que foi dada pela procuradora da cultura e extensão em um único
658 parágrafo, dentro do sistema, foi de que no caso de curso a unidade continua retendo de dez
659 a cinquenta por cento, mudando o valor devido para a Unidade, enquanto que para a
660 Reitoria são cinco por cento sobre o valor total do curso. Comenta que a primeira



661 interpretação seria cinco mais cinco, e a segunda interpretação dez mais cinco. Esclarece
662 que diante disso o Prof. Associado Thiago Marrara de Matos falou que seu entendimento
663 estava correto e encaminhou à Procuradoria Geral para que dirimisse quem estava correto.
664 Considera que o parecer deveria falar se é um ou outro, mas o parecer da Procuradoria
665 Geral gira, gira, mas não dá a resposta. Lembra de uma fala do Prof. Paulo Barros de
666 Carvalho, que foi seu orientador, que dizia que o ideal é se responder a pergunta e justificar,
667 mas tem gente que justifica e fecha o parecer sem resposta. Comenta que teve que dar o
668 parecer de forma pragmática, e teve que dar uma resposta no sentido de que a interpretação
669 do parecer da Procuradoria Geral é igual à da Faculdade, que é dois mais três, ou seja, cinco
670 por cento. Considera que se o curso for aprovado na Unidade, chega na Pró-Reitoria da
671 Cultura e Extensão Universitária e eles falam que é dez por cento, então ao invés de falar de
672 dois mais três, passam a falar em quatro mais seis, proporcionalmente, e não brigam mais.
673 Esclarece que seu parecer foi nesse sentido diante da indecidibilidade dos autos que lhe
674 chegaram às mãos. O **Sr. Diretor esclarece** que mantém-se os cinco por cento da
675 arrecadação do curso para a Reitoria, quanto ao repasse para a Unidade ficou decidido que
676 sessenta por cento vai para o departamento ao qual ele pertence e quarenta por cento para a
677 Unidade. O **Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes considera** a proposta
678 do Sr. Diretor melhor que a dele. Comenta que pode ficar sessenta por cento para o
679 departamento e quarenta por cento para a Direção, do patamar mínimo fixado na
680 legislação. A **Assistente Financeira Gisele Cristina dos Santos esclarece** que a
681 questão dos cinco e dez por cento surgiram quando cadastraram os cursos, porque a
682 Resolução 4543 no artigo 1º coloca que a Unidade retém no mínimo dez e no máximo
683 cinquenta por cento do numerário recebido pelo docente. Portanto, essa alínea, quando
684 cadastram, é o sistema que faz o corte, sendo o mínimo de dez por cento. As demais
685 despesas continuam cinco por cento. Esclarece, ainda, que o sistema respeita a Resolução
686 que é o mínimo de dez por cento e nesse item de numerário à docente não é interpretação,
687 pois, o artigo 1º estabelece um mínimo de dez e o máximo de cinquenta por cento do
688 numerário recebido pelo docente. Esclarece, também, que os cinco por cento está
689 cadastrado nas demais despesas, exceto a alínea pagamento de pessoal, que é onde a
690 Resolução diz que o mínimo é dez por cento. Diz que todos os cursos estão com cinco por
691 cento exceto no item de pagamento de pessoal que são os dez por que é o mínimo, e
692 nenhum curso passou com menos de dez por cento sobre esse item e os demais
693 continuaram cadastrados com cinco por cento, que é o permitido e é essa a interpretação



694 que já tinham que seria cinco por cento e não dez. O **Prof. Associado Márcio Henrique**
695 **Pereira Ponzilacqua diz** que lhe parece que a redação sugerida ao final pelo Prof. Dr.
696 Guilherme Adolfo dos Santos Mendes com base na sua reflexão sobre essa questão que seria
697 os quarenta e sessenta por cento, e sugere que poderiam votar nesse sentido, e sobre a
698 questão do sistema também. O **Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes diz**
699 que gostaria de pontuar uma questão em relação aos sistemas para que constasse em Ata.
700 Comenta que no Direito aprendem hierarquia, o que é a Constituição Federal, as leis,
701 decretos e etc., é assim que aprendem. No entanto, não só na USP ou setor específico, mas
702 na administração como um todo, e vive isso no outro cargo público que ocupa, onde quem
703 manda mais é quem programa o sistema, é a interpretação de quem programa o sistema, e
704 não se consegue fazer mais nada porque esse sistema não é aberto, porque não é quem
705 aplica a legislação que parametriza o sistema. Ressalta que isso está errado aqui e está
706 errado em outro lugar, pois, quem aplica a legislação tem responsabilidade por aplicar essa
707 legislação e se tiver um mandado de segurança quem vai responder é a autoridade, não vai
708 ser quem programa o sistema. Relata que isso está errado e gostaria que constasse em Ata
709 esta sua manifestação, porque vai reiterar isso todas as vezes que um sistema barrar a sua
710 interpretação, a sua manifestação sobre norma jurídica e é isso que aprendem nessa casa.
711 Pede desculpas pela emoção, mas, já está há muitos anos lutando contra esses
712 programadores de sistema, está furioso com isso no plano federal, que são os
713 programadores do Serpro. Diz que na USP não sabe quem programa, mais lá conhece
714 pessoalmente quem faz isso. O **Representante Discente da Graduação Frederico**
715 **Espinoza Cerruti pergunta** se, diante das mudanças que ocorreram do percentual e toda
716 essa confusão, o total destinado à Unidade fica o mesmo. O **Sr. Diretor diz** que sim,
717 permanece o mesmo. Em seguida, pergunta ao Colegiado se aprovam o parecer do Prof. Dr.
718 Guilherme Adolfo dos Santos Mendes. **A Congregação aprova, por unanimidade, o**
719 **parecer do relator, Prof. Dr. Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, referente à**
720 **nova definição dos percentuais de recolhimento das taxas previstas na**
721 **Resolução nº 5456/2008, mantendo o recolhimento à Reitoria do equivalente**
722 **a 5% do numerário recebido pelo docente e fixando, para a Unidade, o**
723 **equivalente a 10% incidentes sobre os valores pagos aos docentes, distribuídos**
724 **em 4% para a Diretoria e 6% para o Departamento. Lembrando que nos casos**
725 **de Cursos de Cultura e Extensão Universitária, deverá ser recolhido à Reitoria**
726 **5% do total arrecadado, que integrará o Fundo Único de Promoção à Pesquisa,**



727 **à Educação, à Cultura e à Extensão Universitária da USP (FUPPECEU-USP). 7.**
728 **PESOS PARA AS PROVAS DO ENEM - PAUTA SUPLEMENTAR. 7.1. Of.Circ.**
729 **Gab-PRG-005/2015.** Em 12.6.2015, a Congregação, atendendo à solicitação da Pró-
730 Reitoria de Graduação, nos termos do Of. Circ.-Gab-PRG-005, de 22 de maio de 2015, sobre
731 as formas alternativas de ingresso nos cursos de graduação da USP, deliberou pelo
732 oferecimento de 80% das vagas pela FUVEST e 20% pelo SISU, com a condição, neste
733 último, de o candidato ter frequentado Escola Pública. A Pró-Reitoria de Graduação pede
734 um aditamento à resposta anteriormente enviada, com o estabelecimento dos pesos para as
735 provas do ENEM: Matemática e suas tecnologias (FD indicou peso 1); Linguagens, códigos e
736 suas tecnologias (FD indicou peso 2); Ciências humanas e suas tecnologias (FD indicou
737 peso 2); Ciências da natureza e suas tecnologias (FD indicou peso 1). O **Sr. Diretor**
738 **esclarece** que há um peso maior para as áreas afeitas às ciências humanas. Pergunta ao
739 Colegiado se poderiam seguir os critérios da Faculdade de Direito da Universidade de São
740 Paulo. **Foi aprovado encaminhar ofício do seguinte teor: “Of.FDRP/ATAc/049,**
741 **de 4.9.2015. Senhor Pró-Reitor. Em aditamento à solicitação dessa Pró-**
742 **Reitoria de Graduação, nos termos do Of. Circ.-Gab-PRG-005, de 22 de maio**
743 **de 2015, informo que a Congregação, em Sessão realizada nesta data,**
744 **deliberou, por unanimidade, aprovar os seguintes pesos para as provas do**
745 **ENEM: - Ciências humanas e suas tecnologias – peso 2 - Ciências da natureza e**
746 **suas tecnologias – peso 1 - Matemática e suas tecnologias – peso 1 -**
747 **Linguagens, códigos e suas tecnologias – peso 2. Na oportunidade, apresento**
748 **meus sinceros votos de estima e consideração. Atenciosamente, (ass. Prof. Dr.**
749 **Umberto Celli Junior – Diretor)”.** 8. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
750 ASSOCIADO AO CONPEDI - PAUTA SUPLEMENTAR. 8.1. PROCESSO
751 2015.1.570.89.0 - FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO. Autorização
752 para o Programa de Pós-Graduação em Direito da FDRP, ser associado do CONPEDI –
753 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito, por solicitação do Presidente
754 da CPG, ressaltando que, além da possibilidade de votar nos fóruns e sediar os eventos, os
755 programas associados podem indicar dois artigos de seus pesquisadores para participarem
756 dos encontros anuais sem custos, cuja publicação nos anais rende pontuação equivalente à
757 atribuída a uma revista B1 (70 pontos) na avaliação CAPES. O custo da anuidade é no valor
758 de R\$245,00. O **Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira comenta** que o CONPEDI é um
759 conselho muito importante em essência de pesquisa de pós-graduação na área do Direito.



760 Foi revitalizado em 2004 e que atingiu um patamar de importância absurdo na área do
761 Direito. Comenta, ainda, que o Prof. Associado Rubens Beçak atua no CONPEDI e sabe de
762 sua importância. Lembra que as decisões do CONPEDI em seus congressos dão um norte,
763 ou seja, sinalizam os caminhos dos principais programas de pós-graduação em Direito no
764 Brasil. Um detalhe importante é que o CONPEDI é um foro de debates sobre quem será o
765 Comitê de Área a cada quatro ou cinco e é naquele foro, tanto no primeiro semestre, quanto
766 no segundo, que se debate quem seriam as melhores pessoas para coordenação de área,
767 coordenação adjunta. Considera importante ter voto, ter voz, e em algum momento melhor
768 da Universidade de São Paulo, da arrecadação estadual, que tragam o CONPEDI para a
769 Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, que consigam sediar um CONPEDI e para isso
770 precisam se associar. Pede a esse Colegiado essa contribuição, não por ela ser exígua, mas
771 pela relevância de ser associado ao CONPEDI, pede a filiação da FDRP. **A Congregação**
772 **aprova, por unanimidade, a autorização para o Programa de Pós-Graduação**
773 **em Direito da FDRP se associar ao CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa**
774 **e Pós-Graduação em Direito, por solicitação do Presidente da CPG. O Sr.**
775 **Diretor** esclarece que agora irão discutir os dois primeiros itens da Ordem do dia, tendo
776 em vista a inversão. **1. CRITÉRIOS PARA SOLICITAÇÃO DE CARGO DE**
777 **PROFESSOR TITULAR. 1.1.** Nos termos da Circ.SG/CAA/51, de 18.6.2015, foi solicitado
778 às Unidades Novas que elaborassem: a) "Perfil do Professor Titular" da Unidade, levando
779 em conta: os perfis de Professores Titulares de unidades afins na USP e no País; o Perfil do
780 Professor Associado 3, constante dos Documentos de Avaliação horizontal na carreira
781 docente; os critérios contidos no item 08 das "Diretrizes Gerais" (cópia em anexo); e outros
782 elementos considerados de importância, levando em consideração as especificidades da
783 Unidade. b) Plano de Ação para a ampliação a curto, médio e longo prazo do número de
784 professores com "Perfil" compatível a se habilitar a um cargo de Professor Titular, como,
785 por exemplo: criação e evolução de programas de pós-graduação, o estímulo à interação
786 com pesquisadores de renomadas instituições de pesquisa do País e do exterior (vinda de
787 pesquisadores visitantes, realização de estágios de pesquisas, elaboração de projetos de
788 pesquisas conjuntos), etc. Após consulta de interesse, o Sr. Diretor baixou a Portaria
789 Interna FDRP/USP nº 19/2015, criando um Grupo de Trabalho para elaborar a proposta,
790 integrado pelos Profs. Drs. Alessandro Hirata, Camilo Zufelato, Gustavo Assed Ferreira,
791 Jonathan Hernandez Marcantonio, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, Rubens
792 Beçak e Víctor Manuel de Oliveira Rodríguez. O Grupo se reuniu no dia 13.8.2015 (Profs.



793 Nuno, Hirata, Jonathan, Assed, Beçak e Camilo – Prof. Víctor justificou ausência), para
794 estudar os critérios e as ideias inicialmente sugeridas, para critérios, foram: manter
795 equilíbrio entre departamentos, atendendo à proporção de suas dimensões; observar a
796 relação entre o n. de docentes e o n. de associados de cada departamento; atender à
797 antiguidade dos associados nos departamentos; observar a carga horária média em
798 atividades de graduação e pós, e produção científica (pesquisa, cultura e extensão), dos
799 departamentos; garantir Titulares para as áreas com grande produção científica; garantir o
800 mínimo de 4 Titulares por departamento. O **Prof. Associado Alessandro Hirata**
801 **esclarece** que o grupo de trabalho se reuniu e estabeleceram alguns critérios que
802 entenderam ser genéricos, mas, que possibilitem a vinda dos cargos de titular para a
803 Unidade que, como já solicitado anteriormente à Reitoria, é do interesse da Unidade
804 receber esses cargos. Esclarece, ainda, que a base de suas deliberações foi de que houvesse
805 um equilíbrio entre os três departamentos, apesar da diferença de tamanho dos
806 departamentos, respeitando isso e a valorização da livre-docência, uma vez que é um mérito
807 da carreira por si própria. Isso significa que o departamento que tem mais docentes
808 associados deve ser valorizado no sentido de que os docentes se empenharam em fazer a
809 livre-docência. Também, em relação a isso, a antiguidade dos associados dos
810 departamentos, no sentido de haver uma maturidade da livre-docência, e com isso o
811 acúmulo das atividades o leva a pleitear o cargo de Professor Titular, além de observar o
812 outro item que é a carga horária média de todas as atividades de ensino, pesquisa e
813 extensão para valorizar também o pilar da extensão e da pesquisa, além do ensino. Comenta
814 que foi garantido titulares para as áreas com grande produção científica, no sentido de
815 valorização da atividade de pesquisa, e essas áreas possam ser atingidas. Considera que
816 garantir o número mínimo de quatro titulares por departamento é um desejo da Faculdade,
817 e regimentalmente o mínimo são dois por departamento, e se podem pedir mais, porque
818 não. Por fim, sugeriram, também, a valorização do regime RDIDP. O **Sr. Diretor**
819 **esclarece** que há uma série de critérios no item 8 das diretrizes para distribuição de cargos
820 de professor titular, e resta saber se eles estão contemplados nesses critérios propostos pela
821 Comissão. Reitera que entre os critérios sugeridos para que a Unidade leve em conta são os
822 contidos no item 8 das diretrizes gerais, que trata da concessão e distribuição de cargos de
823 professor titular, e devem consultar se o Colegiado amplia esses critérios. O **Prof.**
824 **Associado Rubens Beçak justifica** que participou de uma reunião parcialmente e da
825 outra em toda sua duração, pois, havia conflito de horário de aula, mas, está de pleno



826 acordo com sugestão da Comissão. Considera, relendo a projeção, que deveria ser uma
827 preocupação deles a inserção na área daquela pessoa naquela área que está se postulando o
828 cargo. Comenta que pedir por pedir, estão pedindo quatro titulares, mas, pergunta qual é a
829 relevância daquela área, qual é a inserção. Comenta que o atual Ministro da Educação, que
830 participou muitos anos da CAA, e tem um voto onde aclara os critérios que, na maneira dele
831 ver, e isto foi aprovado na CAA, por unanimidade, deveriam pautar os pedidos de claros
832 para professor doutor, os deferimentos da CAA para professor titular, e o fazia, da maneira
833 que ele via, para livre-docente, que sendo professor da USP se torna professor associado.
834 Considera que devem dar uma afilada nesses itens definidos pelo grupo de trabalho, mas,
835 também, deixar claro a importância da área no pedido do cargo. Sugere verificar as atas de
836 outras Comissões, que a Secretaria Geral disponibiliza, para além das atas do Conselho
837 Universitário, para verificar as redações da época. O **Prof. Associado Alessandro**
838 **Hirata esclarece** que, em relação às áreas, o que viu nas documentações de outras
839 Unidades, nenhum desses critérios, ou mesmo o perfil do professor titular menciona a área
840 em si, ou os critérios de áreas, no sentido de que é dentro da Unidade que vai ser feita essa
841 destinação de área. Considera que nos critérios do grupo de trabalho, quando garantem o
842 número de titulares para as áreas de grande produção científica, que foi sugestão original do
843 Prof. Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho, tem esse intuito também. O
844 **Prof. Associado Rubens Beçak considera** a língua portuguesa muito precisa, e grande
845 é uma coisa, relevância é outra, e devem prestar atenção nisso. Considera, ainda, que sua
846 fala agora vem muito no sentido dos dois itens que estão na letra a do item 1 que trata dos
847 perfis dos professores titulares das unidades afins e o perfil de professor associado 3.
848 Considera, ainda, que esses dois critérios foram lembrados quando se implantou a
849 progressão horizontal na carreira, hoje suspensa, a vista de outra problemática, e é tradição
850 da CAA. Considera, também, que poderiam colocar o texto: “Garantir titulares para as áreas
851 com relevante produção científica”, pois relevante é mais importante do que grande.
852 Comenta que o Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira estava em Brasília, e a CAPES anunciou
853 um aumento de cinquenta por cento na área de Ciências Sociais Aplicadas no Direito, mas,
854 diz que isso não deve ser relevante para aumentar cinquenta por cento. Considera que se
855 deve tomar cuidado com isso. O **Sr. Diretor** diz que presume que o grupo de trabalho se
856 deparou com artigo 8, e acredita que esses critérios que foram propostos levam em
857 consideração esse artigo. Pergunta se seria o caso de colocar na tela o artigo 8 ou poder ser
858 assumida sua presunção. Enquanto a Assistente Acadêmica projeta o artigo 8 em tela, o Sr.



859 Diretor passa a palavra ao Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira. **O Prof. Dr. Gustavo Assed**
860 **Ferreira lembra** que foram instados a apontar o perfil do professor titular, como consta
861 da tela que estão vendo. Considera que já constam algumas questões relativas
862 especificamente a perfil, no caso do regime RDIDP e relevante produção científica. Comenta
863 que receberam da Assistente Acadêmica alguns paradigmas, entre eles um da Escola de
864 Educação Física de Ribeirão Preto, e se debruçaram nele, onde está esmiuçado o perfil
865 quanto ao que se espera da atividade de pesquisa, extensão e ensino. Considera um pouco
866 preocupante o paradigma, pois, de certa forma este fecha demais a opção de escolha do
867 professor titular em professores da casa. Comenta que naquele documento há exigências
868 falando em lecionar na graduação, ter ocupado presidências de comissões. Considera que
869 aquele documento peca pelo excesso, e o que devem tomar um pouco de cuidado no
870 documento da Faculdade é pecar pela falta. Crê que, se pudessem voltar rapidamente a tela
871 em seus critérios, poderiam mantê-los todos, pois, os considera ideais, e apenas deveriam, a
872 partir de hoje, com a permissão dessa Congregação, criar uma reposta em texto. Portanto,
873 devem dividir em critérios para selecionar titulares no sentido mais formal do que esperam,
874 como por exemplo, quatro por departamento, questões que são mais atinentes ao
875 departamento como um todo, do que especificamente é perfil. Considera que perfil é a
876 preferência pelo regime e produção científica e, também, alguém que vem aqui atuar em
877 Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa, é o perfil que se espera, e se não vem
878 aqui para atuar preferencialmente em RDIDP já não é o perfil que esperam. Sua questão é
879 só procedimental, após a aprovação desses critérios. Sugere que criem um texto separando
880 formalmente o que é o perfil, para que lá na Reitoria não julguem que não foi respondido.
881 Reitera que é só uma questão de procedimento de como responder a partir daí. **O Sr.**
882 **Diretor comenta** que o Colegiado tem que decidir isso hoje, pois, em forma de
883 deliberação devem encaminhar na terça-feira. Reitera que já ultrapassaram o prazo. **O**
884 **Prof. Associado Rubens Beçak considera** que tem uma distorção no texto. Comenta
885 que a penúltima linha, para haver uma isonomia entre os departamentos e as áreas deveria
886 ter a seguinte redação: Garantido o mínimo de quatro titulares por departamento
887 verificadas as áreas. Esclarece que os departamentos devem ser isonômicos, e supõe que em
888 um ato de mudança completa da CAA, em tese, possam ter o quatro titulares em todos os
889 departamentos, vai haver uma flagrante injustiça com as áreas dos departamentos que
890 existem hoje na estrutura departamental do DDP e DPP, pois, têm muito mais áreas com
891 pessoas em carreira, do que o respeitabilíssimo DFB que têm três áreas, s.m.j. Comenta que



892 está atentando agora, pois, a leitura do texto tem que fazer, às vezes, duas ou três vezes.
893 Considera que isso vai provocar uma distorção tremenda, não hoje, mas no futuro, pois, o
894 DFB vai ter quatro titulares, que é um departamento menor em número de áreas. Reitera
895 que já existe uma distorção *ab initio* que não tinha atentado, mas, atentou agora. Comenta
896 que há um departamento com três áreas e os outros que têm, no mínimo, o dobro de áreas,
897 mas, estão colocando quatro por departamento. Lembra no que Projeto Político Pedagógico
898 se aprovou uma estrutura, que considera que merece uma reflexão futura, de divisão
899 departamental e já se manifestou várias vezes nesse sentido. Diz que não vê a mínima
900 relação em Direito do Trabalho e o DPP, pois Direito do Trabalho não é área privada.
901 Considera, com todo respeito, que uma hora precisarão refletir sobre isso. O **Prof.**
902 **Associado Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho considera**, em relação à
903 manifestação do Prof. Associado Rubens Beçak, acha que ele se engana, porque não há só
904 três áreas no DFB. Diz que há áreas claramente distintas e há, pelo menos, cinco áreas
905 claramente identificadas, sem considerar aquela que tradicionalmente é reservada
906 Instituições de Direito, ministrada em outras Unidades. Assim como Direito Constitucional
907 é diferente da área de Direito Administrativo ou de Direito Financeiro e Econômico, etc.,
908 Filosofia do Direito é uma área diferente de Teoria do Direito, como é diferente a História
909 do Direito do Direito Romano, que são duas áreas do conhecimento da tradição acadêmico
910 jurídica. A Sociologia do Direito é outra área e as Instituições de Direito, a isto reserva-se,
911 ainda, uma outra área, um outro campo. No DFB há a mesma dificuldade que há nos outros
912 Departamentos, ou seja, acomodar todas as áreas dentro daquelas quatro que serão
913 pedidas. A ideia da Comissão foi que propugnando por, no mínimo, 4 cargos, manifestando-
914 se junto à Administração Central o entendimento acerca de qual seja a demanda enquanto
915 Unidade e qual seja a importância do Professor Titular, para o crescimento de todos os
916 Departamentos. O **Prof. Associado Rubens Beçak esclarece** que não está contra, pode
917 ser que tenha se equivocado, pois fez uma análise a grosso modo. Propõe a redação a ser
918 adendada “verificada idealmente a correlação atinente à existência de área”, algo assim. O
919 **Prof. Associado Alessandro Hirata considera**, na mesma linha do Prof. Nuno, que é
920 o mínimo, ou seja, é um posicionamento nesse sentido de mostrar a necessidade perante a
921 Reitoria, da vinda de cargos. Em relação às áreas e tamanhos dos Departamentos, tanto o
922 item 1, quanto o item 2, acabam por respeitar esse tamanho, ou seja: “1) manter equilíbrio
923 entre departamentos, atendendo à proporção de suas dimensões, garantido o mínimo de 4
924 Titulares por Departamento, ampliando-se proporcionalmente, quando necessário, de




925 acordo com a especificidade de cada área; 2) observar a relação entre o número de docentes
926 e o número de associados de cada departamento;” sendo este item 2 uma defesa do DFB,
927 que é um Departamento pequeno, mas, com grande proporção de professores associados.
928 Ressalta que hoje, com a homologação do concurso da Prof^a Maria Paula, de oito docentes,
929 quatro são professores associados o que é outra forma de privilegiar, em relação às áreas em
930 si, mas também em relação ao empenho dos docentes na progressão da carreira. Portanto,
931 acaba não sendo desprezado o critério em relação ao tamanho dos departamentos. A **Prof^a**
932 **Titular Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka considera** que a Unidade sabe
933 melhor a respeito da sua estrutura e dessa distribuição dos cargos de titular. Falando por si,
934 pensa sempre com a cabeça da Faculdade da qual vem, mas que não tem três
935 departamentos, mas sim nove. Seguindo uma linha de pensamento, lhe ocorre que não fere
936 o que disseram todos que se manifestaram. Considera que a existência de um mínimo, ou
937 seja, o prosseguimento de uma eventual contagem devia seguir o critério matemático da
938 proporcionalidade, em termos de justiça. Um mínimo porque é uma Faculdade jovem, que
939 está começando e precisa dos seus cargos, mas que não ficasse com o limite em quatro
940 cargos. O departamento que é maior, proporcionalmente poderia solicitar mais cargos à
941 Reitoria. O **Prof. Associado Márcio Henrique Pereira Ponzilacqua diz** que, com
942 relação aos critérios não gostaria de acrescentar mais nada, só acha desnecessário esse
943 acréscimo que o Prof. Beçak sugeriu, mas gostaria de se manifestar sobre o perfil. Entende
944 que o perfil é decorrente desses critérios, estão implícitos e basta buscar uma redação que
945 acomode. Talvez usar o termo maturidade acadêmica, suficiente ou satisfatória produção
946 que justifique uma excelência, algo assim. Uma frase que explicita aquilo que já está
947 implícito nos critérios. O **Prof. Associado Rubens Beçak diz** que sua proposta, que
948 ainda precisa melhorar a redação, não desdiz nada, muito pelo contrário, só vai garantir que
949 numa idealidade, que sabem que isso vai acontecer em anos, portanto, manteria os quatro,
950 mas melhoraria a redação, verificada idealmente, alguma coisa do gênero. A **Prof^a Titular**
951 **Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka acha** que a maneira como está escrito,
952 com todo respeito, pode dar, no futuro, a interpretação de que o mínimo pode ser menor do
953 que quatro. O **Prof. Dr. Gustavo Assed Ferreira reitera** que fizeram por itens e não
954 em um texto corrido, portanto a interpretação fica prejudicada. Quando se fala em manter
955 equilíbrio entre departamentos atendendo à proporção de suas dimensões, deveria ser suas
956 dimensões e áreas. Num texto corrido acha que isso fica mais coerente. Considera que esta
957 Congregação, desde que respeitados os sete pontos elencados nessas linhas, poderia dar à



958 Diretoria, e se propõe a vir na terça-feira, como membro do GT, a possibilidade de criar, a
959 partir dos sete pontos, um texto e enviar, da maneira mais simples e organizada.
960 Terminadas as manifestações, foram traçados os perfis, com base nos critérios
961 apresentados. Em seguida, o Colegiado aprovou o encaminhamento do ofício do seguinte
962 teor: **“Senhor Secretário Geral. Em atenção à Circ.SG/CAA/51, de 18.5.2015,**
963 **informo que a Congregação, em Sessão realizada nesta data, aprovou os**
964 **critérios abaixo descritos: 1) manter equilíbrio entre departamentos,**
965 **atendendo à proporção de suas dimensões e áreas, garantido o mínimo de 4**
966 **Titulares por Departamento, ampliando-se proporcionalmente, quando**
967 **necessário, de acordo com a especificidade de cada área; 2) observar a relação**
968 **entre o n. de docentes e o número de associados de cada departamento; 3)**
969 **atender à antiguidade dos associados nos departamentos; 4) observar a carga**
970 **horária média em atividades de graduação e pós, e produção científica**
971 **(pesquisa, cultura e extensão), dos departamentos; 5) garantir Titulares para**
972 **as áreas com relevante produção científica; 6) preferência pelo regime RDIDP.**
973 **Em especial, a Unidade espera que seus Titulares tenham o seguinte perfil: 1)**
974 **relevante pesquisa científica na área da titularidade; 2) comprometimento**
975 **com o ensino de Graduação; 3) dedicação às atividades de cultura e extensão.**
976 **Aproveito a oportunidade para renovar a V. S^a os protestos de estima e**
977 **distinta consideração. (ass. Prof. Dr. Umberto Celli Junior – Diretor)”. 2.**
978 **ATIVIDADE DOCENTE: Avaliação, Valorização do Ensino e Carreira. 2.1.**
979 **Propostas iniciais sobre valorização da docência e avaliação, apresentadas**
980 **pelo GT – Grupo de Trabalho sobre Atividade Docente (GT - Atividade**
981 **Docente), da Reitoria.** Todos os docentes da FDRP receberam o material para
982 apreciação e foram convocados, pela Diretoria, para discutir o assunto ou enviar sugestões
983 e, em reunião realizada no dia 27.8, foram apresentadas algumas sugestões pelos Profs.
984 Caio, Cynthia, Emanuelle, Juliana e Paulo. As sugestões estão sendo incorporadas em
985 documento que está em elaboração e será inserido oportunamente. O **Sr. Diretor**
986 **esclarece** que o prazo para envio da proposta é até o dia 10.9, portanto, não há tempo
987 suficiente para o Colegiado discutir e aprovar um documento. Da reunião ocorrida em 27.8,
988 os professores se comprometeram a sumarizar um pouco as discussões que foram feitas,
989 mas voltaram alguns textos longos e questões pessoais. Sugere encaminhar um ofício á
990 Reitoria dizendo que não houve consenso, pedindo prorrogação, se possível. O Colegiado



991 aprova o encaminhamento de ofício ao Sr. Chefe de Gabinete da Reitoria, Prof. Dr. Osvaldo
992 Shigueru Nakao, no seguinte sentido: **“Senhor Chefe de Gabinete. Em atenção à**
993 **mensagem eletrônica de 13 de julho de 2015, que trata das propostas iniciais**
994 **do Grupo de Trabalho sobre Atividade Docente (GT - Atividade Docente), sobre**
995 **a valorização da docência e avaliação, informo que o assunto foi inicialmente**
996 **discutido por alguns docentes e levado à Congregação de 4.9.2015, mas não**
997 **houve consenso, portanto, não será possível a manifestação desta Unidade até**
998 **o dia 10.9.2015 para aperfeiçoamento do documento apresentado pelo GT. Na**
999 **oportunidade, indago V. S^a se haveria a possibilidade de dispor de prazo**
1000 **adicional. Atenciosamente, (Assinado. Prof. Dr. Umberto Celli Junior.**
1001 **Diretor)”. Nenhum dos demais membros desejando fazer o uso da palavra, o Sr. Diretor**
1002 **agradece** a presença de todos e dá por encerrada a reunião às 17h55. Do que, para constar,
1003 eu,  Maria José de Carvalho Oliveira, Assistente Acadêmica, lavrei e digitei
1004 esta Ata, que será examinada pelos senhores Conselheiros presentes à sessão em que for
1005 discutida e aprovada, e por mim assinada. Ribeirão Preto, 4 de setembro de 2015.